

Ata da trecentésima quinquagésima segunda reunião do Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, realizada aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, na cidade de Conselheiro Lafaiete em caráter ordinário. Em função da pandemia e da necessidade de distanciamento social a reunião foi realizada por meio virtual. Tendo registrado quórum, o conselheiro Roberto iniciou a reunião apresentando a pauta de reunião, que foi aprovada pelos presentes. Entrada para análise da câmara técnica prestação de contas do hospital Queluz referente a portaria 3.470 de 16/12/2019; prestação de contas do hospital maternidade são Jose referente ao ofício 57/03/2022; rede resposta e Pró Hosp do período de 01/01/2021 a 31/12/2021, plano de trabalho do hospital Queluz referente a resolução 7.682 de 27/08/2021, plano de trabalho do hospital maternidade são Jose referente à portaria 7.608 de 21/07/2021. Foi realizada leitura do parecer 002/2022 que trata de proposta de reajuste salarial para médicos lotados nas ESF – Ofício 055/2022/PMCL/PROC. o parecer foi colocado em discussão e os conselheiros puderam se manifestar sobre o tema. Colocado em votação o parecer foi aprovado de forma integral pela Plena. O conselheiro Roberto informou a Plenária que será encaminhado ofício ao senhor secretário de saúde expressando a indicação dos conselheiros Wagner e Roberto como representantes do Controle Social no processo de revisão, elaboração e discussão da contratualização entre o município e os hospitais. A senhora Lysiane informou que a Secretaria Municipal de Saúde já está iniciando os trabalhos para rever a contratualização com os hospitais. O conselheiro Roberto informou que tal ação não pode ser iniciada sem o devido trâmite legal e que é necessário a participação do Conselho em todas as etapas. Solicitou que a Secretaria para o processo até que todos os integrantes estejam devidamente nomeados. A conselheira Geovana pediu a palavra e informou dificuldades para a manutenção de profissionais pediatras no Hospital São Vicente. Segunda a conselheira tal dificuldade está relacionada com o baixo salário que o município paga e que necessita de auxílio do Conselho para resolver a situação. Disse que, atualmente, o Hospital São Vicente tem atendido um número muito grande de procedimentos que poderiam estar sendo resolvidos pela Atenção Primária. O Conselheiro Roberto e o Conselheiro Amarílio lembraram que quando o Hospital assumiu porta aberta para pediatria foi alertado sobre o risco de ocorrer essa sobre carga e que solicitou cópia do acordo entre município e Entidade, o que não foi entregue até a data de hoje. Os conselheiros reafirmaram a intenção do Conselho de auxiliar na resolução do problema observado, contudo, é importante que seja encaminhado o documento que norteou o acordo entre os entes. Passou-se a análise preliminar do Plano Municipal de Saúde. Várias manifestações foram realizadas e contribuições. Ficou definido que a Câmara Técnica irá analisar o Plano a partir das contribuições ofertadas e emitirá parecer para análise de sua Plena. Passou-se a avaliação da Programação Anual de Saúde para o ano de 2022. O Conselheiro Glayson pediu a palavra e disse que a elaboração da programação ficou confusa em função do atraso de manifestação sobre o Plano Municipal de Saúde. Que não foi observado o trâmite correto do processo, o que gerou incongruências no processo. O Conselheiro Roberto informou que todo o atraso observado tem como responsável direto e único a Secretaria Municipal de Saúde que não encaminhou a documentação no

período correto. Ainda manifestou que existem várias incongruências na programação apresentada uma vez que os dados financeiros oferecidos no documento não estão em conformidade com a Lei Orçamentária. Informou que o Conselho solicitou informações e que até o momento não as recebeu. Informou que a Programação Anual de Saúde para o ano de 2022 será devolvida a Secretaria de Saúde para que possam adequados às necessidades que possibilitem sua aprovação. O conselheiro Roberto informou que existem várias dificuldades para o oferecimento de hemodiálise no município. Segundo o conselheiro foi realizada reunião no dia 09 de março no Ministério Público em que foi apresentada a situação. Em sua fala o conselheiro solicitou que o Legislativo auxilie no processo de comunicação e reunião dos municípios para que se possa trabalhar na solução do problema. Roberto ainda lembrou a necessidade de agilidade nos procedimentos. A conselheira Eliete solicitou a palavra e endossou e lembrou que o tempo é curto e que o encerramento das atividades de hemodiálise irá resultar na necessidade de encaminhamento dos pacientes para locais distantes da cidade, um sofrimento que todos devem trabalhar para evitar. Tendo atingido o horário regimental, a reunião foi encerrada e o presente ata será lavrada e, após lida e aprovada, será assinada por todos. Conselheiro Lafaiete, 16 de março de 2022.